Rasgos na língua ou enunciação e escritura

Carolina Molinar Bellocchio¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo refletir a respeito da inaugural proposição barthesiana de como a escritura se funda no rasgo que o sujeito impõe à língua, presente n'*O grau zero da escrita*, e que parece ser amplificada nos textos posteriores à metade dos anos 60 como uma forma do sujeito linguístico se inscrever no mundo. Considera-se que o texto entendido como produção tenha se acentuado a partir do final dos anos 60 coincidindo com essa ideia de manipulação do texto pelo escritor as pesquisas de Benveniste. Assim, acredita-se que as noções a respeito da enunciação tenham tido para ele interesse especial. Nesse sentido é que este trabalho pretende explorar como a noção de enunciação para Barthes aporta um grande operador para arejar a sua ideia de Texto que, a partir do final dos anos 60 e início dos 70, é sintomaticamente marcada por manobras enunciativas que exploram a forma. Assim, pretende-se refletir como a assunção do lugar da enunciação amplifica a discussão da "moral da forma" a partir da ideia de inscrição do sujeito na língua, pela disseminação que esse produz e na efetivação de uma responsabilidade da forma por esse mesmo deslocamento.

PALAVRAS-CHAVE: Escritura; Enunciação; Roland Barthes; Moral da forma; Rasgo; Espaço-volume.

Slitting the language or enunciation and writing

ABSTRACT: This paper aims to reflect on the inaugural barthesian proposition that conceives the writing as a manner of the writer to inscribe himself in the language; this notion, presented in *Writing Degree Zero*, seems to be amplified in later texts to the mid-60s as a form of the linguistic subject to engage the world, specifically taken here as a way of slitting or engraving the language. It is considered that Barthes' comprehension of the text as a production has been stressed in the late 1960s, coinciding with this idea of the text manipulation Benveniste's studies. It is known that the discussions concerning the enunciation idea have had particular interest to Barthes. In this sense, this paper explores how the notion of enunciation is operated and appropriated by Barthes in the end of the 1960s decade and at the beginning of the 1970s. Thus, it is intended to reflect how enunciation amplifies the discussion of "moral of form" from the comprehension of the subject that inscribes himself in language, for the dissemination produced by this subject and finally for the effective responsibility of the form produced by this displacement.

KEYWORDS: Writing; Enunciation; Roland Barthes; Moral of form; Slit; Space-volume.

"Cada escritor que nasce abre em si o processo da Literatura." (BARTHES, 2004, p.75)

Poderíamos dizer que uma das primeiras pinturas de Roland Barthes está cifrada n'*O grau zero*. Ali ele cria a plástica imagem de uma abertura, de uma fenda, de um corte, de uma inscrição: ali ele cria a imagem de um rasgo. Ora, para dizer o que é a escritura, Barthes 'desenha' uma figura abstrata, sem sombra de dúvida moderna, delineando o instante em que ocorre um encontro onde ocorre o nascimento de algo. Bem, o encontro entre língua e estilo faz figurar um traçado particular: "entre" língua e estilo nasce uma forma, fruto da escolha do escritor. De maneira mais específica, entre a horizontalidade da língua e da verticalidade do estilo, a função que resulta daí é a escritura.

O caráter plástico que a sugestão de horizontalidade da língua e a verticalidade do estilo evoca são evidentes. Pincelando a língua, ele afirma que esta é uma "Natureza", um "horizonte", um "limite", uma "linha", um "reflexo sem escolha". Imediatamente penso no caráter senão linear, em aparência, que a língua tem – um termo se sucedendo a outro, seu caráter sintagmático –, mas no caráter hierárquico do fato linguístico. Além disso, um outro aspecto corrobora essa imagética do horizonte, essa imagem horizontal: a escrita ocidental também se realiza nessa orientação da linha horizontal, deitada. O estilo, por sua vez, é caracterizado por ele como aquilo que advém da "mitologia pessoal e secreta do autor", como "um produto de um surto", um "fenômeno de ordem germinativa", uma

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos do Francês da Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: carolinamb87@gmail.com.

“transmutação de um Humor”, aquilo que tem “origem biológica”. Talvez possa estar enganada, mas o estilo, ao ser aquilo que advém da pessoa, do sujeito, sugere a própria verticalidade da postura humana; de pé, vertical, aquilo que “tem uma dimensão vertical” e que constitui até biologicamente o homem em diferença dos outros animais.

Para Barthes, tanto o estilo quanto a língua se caracterizam por serem fatores anteriores à ação de escrever. Do desenho e do encontro desses dois traçados, da horizontalidade da língua e da verticalidade do estilo, ambas forças cegas que acompanham o escritor, surge a escritura, a literatura. A realidade formal que conflui entre forças antecedentes à linguagem, designa, pois, o valor de uma escolha. Ora, o escritor, ao escrever, deve decidir pelo “tom” que empregará, ou seja, a responsabilidade de escolher como utilizar a língua e o estilo para construir sua escrita. E é nessa escolha, de acordo com Barthes, “precisamente que o escritor se individualiza (...)” (BARTHES, 2004, p. 13). É aqui que entendemos ocorrer o rasgo do escritor na língua, a materialização de uma via, de uma voz. A escritura é, nesse momento, entendida como função, como rasgo; “é a relação entre a criação e a sociedade (...)” (BARTHES, 2004 p.13), diz Barthes. É esse rasgo que se cria do encontro entre criação e a sociedade. Podemos nos valer da matemática também: função é a relação entre dois elementos, o que nos faz evocar mentalmente a imagem de um plano, em que a escritura é aquele rasgo que liga o escritor ao mundo, sua força cega, sua individualidade, seu humor, sua mitologia que se ligam à Tradição, seja ela entendida como fato social que caracteriza a língua, isto é, aquilo que existe e está disponível ao escritor como material, seja ela entendida como a tradição do que há de historicamente demarcado.

É nessa função, nessa relação “entre” o que é dado – a língua e o estilo – que a escritura se impõe. A escritura aparece como um rasgo, portanto, que o escritor inaugura, que ele faz surgir. Os exemplos desse rasgo são dados por Barthes mesmo. Diz ele que se pensarmos no estado histórico da língua em si, ele é compartilhado por uma série de escritores “(...) quase contemporâneos, [por exemplo] Mérimée (1803-1870) e Lautréamont (1846-1870), Mallarmé (1842-1898) e Céline (1894-1961), Gide (1869- 1951) e Queneau (1903-1976), Claudel (1868-1955) e Camus (1913-1960), que falaram ou falam o mesmo estado histórico da língua francesa, mas que utilizam escritas profundamente diferentes; tudo os separa: o tom, o fluxo, o fim, a moral, a natureza da palavra de cada um, de modo que a comunidade de época e de língua pesa bem pouco em face de escritas tão opostas e tão bem definidas por sua própria oposição.” (BARTHES, 2004, p. 14). O que os separa e os diferencia é a escritura; é o rasgo que cada um instaura, é a materialidade desse corte operado por cada escritor que, mobilizando a língua e seu estilo, desenhavam essa nova incisão, esse novo talhe. A escritura é a maneira do escritor se apropriar da língua e nela se inscrever, nela se individualizar, nela se assumir. A escritura é esse rasgo, essa marca, produzida por esse sujeito que inscreve sua voz.

Insistindo no caráter metafórico e imagético que o texto de Barthes engendra, podemos pensar que é como se *O grau zero* fosse a fava pela qual se pode de certa forma visualizar todo o universo, imagem especial do zen para Barthes. Ora, treze anos após a publicação de *O grau zero da escritura*, por volta de 1966, as proposições de um linguista parecem interessar a Barthes e o ajudam a estender o alcance da noção de escritura como rasgo. A presença de algo que atravessa, que incide e corta e que coloca o sujeito como força produtiva e ativa para a materialização da escritura é reforçada pelas proposições de Émile Benveniste a respeito da noção de enunciação.

É certo que Barthes estava a par de todo o debate acerca da linguística estrutural; mais ainda, Barthes estava não só se colocando na esteira das proposições de Saussure, Jespersen, Jakobson, Greimas e Hjelmslev, mas problematizando algumas das considerações desses linguistas². São os estudos de Benveniste, entretanto, que lhe fascinam. “Lemos outros linguistas (afinal, é preciso), mas gostamos de Benveniste” (BARTHES, 2012, p. 213),

² Sabe-se que todo o período de desenvolvimento da pesquisa semiológica foi amplamente fértil a respeito da leitura de Barthes dos estudiosos da linguística.

escreve Barthes em um dos artigos dedicados a esse linguista “inesquecível” (BARTHES, 2012, p. 206), porque decisivamente responsável pelo nascimento, a partir da Linguística, “dessa *outra coisa*” a que vai interessar e, hipótese deste trabalho, ser apropriada por Barthes.

Inicialmente Barthes reconhece a importância dos estudos de Benveniste no que diz respeito a algumas categorias fundamentais que seu trabalho vai evocar e que orbitam, mais especificamente, ao redor da noção central de pessoa. São os desenvolvimentos acerca dessa noção que vão embasar mais tarde a noção de enunciação. Barthes se interessa profundamente por essa perspectiva de análise de Benveniste porque este último mostra que a experiência psicológica está absolutamente *arraigada* à constituição da língua, a uma marca, a um signo, isto é, à emergência do pronome *eu*. A proposição de Benveniste aponta que é exatamente essa *forma*, existente em todas as línguas (independente de qual seja o signo para Ego, *I*, *Je*, *Ich*, *Jo*, *Io*, etc.), que possibilita a emergência do sujeito. É por isso que se diz que a emergência da subjetividade está intimamente ligada à possibilidade de qualquer locutor se apropriar da forma da língua para se designar como *eu*. Não se referindo, pois, a uma identidade lexical específica, qualquer falante que se valha dessa forma só pode ser identificado dentro de uma instância de discurso, inserido num quadro de referências dado. Juntamente a essa marca, o linguista indica outras formas linguísticas que concorrem para a emergência da subjetividade, a saber, os pronomes *tu* e *ele*, os indicadores *adêixis* – tais como os advérbios e os demonstrativos – e as formas verbais, pois são estas formas que instauram as noções de “isto, aqui e agora” (e as diversas correlações que se pode fazer: “no passado, naquele lugar” etc.) que o sujeito se apropria para se definir em relação ao tempo e ao espaço em que enuncia.

Em seus estudos, dessa forma, esse sujeito que se apropria da forma da língua para se dizer sempre o faz no tempo presente do discurso sendo, portanto, o presente o tempo fundador da noção do sujeito. Decorrendo disso, as noções de passado e de futuro são constituídas a partir da tomada do discurso pelo sujeito no presente da apropriação da língua (BENVENISTE, 2005, p. 288). A percepção de Benveniste de que o pensamento só pode ser atingido na forma da língua, isto é, nos quadros da língua, e ela não sendo apenas um instrumento de transmissão do pensamento, mas justamente a “condição de realização do pensamento” (BENVENISTE, 2005, p. 69), é o ponto fundador para a identidade entre as categorias da língua e as categorias do pensamento. É a linguagem, portanto, que instaura a possibilidade de qualquer tipo de subjetividade, uma vez que na língua o sujeito pode se expressar: “A linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’, definindo-se a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*” (BENVENISTE, 2005, p. 289). Fica evidente que é a forma da língua, tomada como exercício do discurso entre um *eu* e um *tu*, como espaço de intersubjetividade, que possibilita a emergência da subjetividade dos sujeitos. Em outras palavras, o sentido só pode ser pensado em relação a uma forma, a saber, uma forma da língua. Para Barthes, esses estudos são fascinantes, uma vez que mostram o vínculo fundamental não só entre língua e pensamento, mas entre forma e sentido.

É nesse sentido que, mais tarde em 1969, Benveniste, sempre aprofundando seus estudos em relação à língua, vai propor as noções de *semiótico* e de *semântico* para pensar como a língua deve se fundar na repetição (senão todo falante inventaria signos distintos e, conseqüentemente, não reconheceria os signos alheios) e na diferença de sentido. Essas instâncias dizem respeito à permanência da forma e à diferença do sentido que a língua, sistema semiológico pode excelência, pode articular. Ora, sendo o signo o elemento que deve ser idêntico a si para ser reconhecido e as suas combinações paradigmáticas e sintagmáticas podem ser infinitas, a língua opera nesse agenciamento que sua dupla significância possibilita.

A necessidade de compreender o agenciamento desses dois eixos é o que leva Benveniste a finalmente propor um “aparelho novo” (BENVENISTE, 2005, p. 2006) que dá conta da apropriação pelo sujeito da articulação do semiótico e do semântico. É isso o que

ele faz no artigo “O aparelho formal da enunciação”, momento em que identifica sutilmente os elementos que concorrem para a ocorrência da enunciação, sendo o locutor um “parâmetro nas condições necessárias de enunciação” que se diz *eu* (BENVENISTE, 2006, p.83), que implanta diante de si um alocutário, um *tu*, (p.84) engajados na alocação. A partir desse quadro, Benveniste considera a enunciação como:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. (BENVENISTE, 2006, p. 84)

Assim, nesse processo de apropriação do aparelho formal da língua, o locutor se vale dos índices específicos, tais como “este, aqui, etc.” a fim de se colocar em “relação constante e necessária com a sua enunciação”.

Benveniste também esboça uma série de funções que são de alguma maneira menos categorizáveis, a fim de evidenciar que cada enunciação é única e se caracterizará pela acentuação da relação que se estabelece com o alocutário no discurso, podendo este último ser “real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 2006, p. 87). Ora, o quadro figurativo da enunciação será sempre o do diálogo (o que prevê a existência de um *eu* e de um *tu*), considerando que cada momento da enunciação seja assumido por um locutor se colocando como fonte de enunciação, pressupondo a existência, ainda que imaginária, de um *tu*.

Partindo de todos esses elementos que o próprio Benveniste aponta, pode-se dizer, de maneira geral, que a enunciação seria o colocar-se do sujeito na língua, ou seja, o mecanismo de apropriação por parte do falante da forma da língua, condição que possibilita tanto a emergência da língua em si quanto do sujeito. Isto equivale dizer que é na língua e através dela que o homem pode pensar e ser pensado. O aparelho formal da língua é o espaço em que são performadas as escolhas do sujeito face à linguagem.

Por essa força que o *eu* imprime na língua na compreensão de enunciação de Benveniste é que Barthes se revela fascinado. Pensada em relação à língua escrita e especialmente em relação à literatura, essa noção se torna potencialmente atrativa para ser associada à noção de escritura barthesiana. Tanto o é que Barthes em diversos escritos vai falar em nome da enunciação. “Escrever, verbo intransitivo?”, fala apresentada no Colóquio Johns Hopkins em 1966 e em que ele cita nominalmente Benveniste, parece trazer a formulação inicial de Barthes a respeito da produção discursiva entendida como enunciação. Seria, para ele, no reencontro entre a literatura e a linguística que residiria o novo caminho para se pensar a escritura.

Se desde seus primeiros escritos a preocupação explícita com a noção de escritura – e também o seu próprio exercício escritural – é identificada, a partir dos anos 60, com o conhecimento dos estudos desenvolvidos na linguística por Benveniste, Barthes realimenta, pela quebra de limites entre as disciplinas acadêmicas, a sua proposição sobre o espaço da escritura. Noções fundamentalmente linguísticas como tempo, pessoa e voz vão ser apropriadas para se pensar questões de ordem literária. No que diz respeito à voz, por exemplo, Barthes vai argumentar a favor de uma literatura em que o agente da escritura tenha uma nova posição na mesma. Isto é, o verbo escrever não seria mais compreendido como verbo empregado na “voz ativa”, mas sim na “voz média”. Isso se daria porque a atividade da escritura não seria mais entendida como sendo apenas produzida por um sujeito – como ocorre na voz ativa –, mas sim como atividade produzida por um sujeito e atividade essa que também o afeta. Ora, como escreve Barthes: “a voz média corresponde inteiramente ao escrever moderno: escrever hoje é fazer-se o centro do processo de palavra, é efetuar a escritura afetando-se a si próprio, é fazer coincidir ação e afeto, é deixar o escritor no interior da escritura”. (BARTHES, 2012, p. 22). Como se disse a respeito da enunciação anteriormente, ela é a condição que possibilita a emergência tanto do sujeito em si quanto da língua, afinal, é a partir dela que o sujeito pode enunciar “eu” e, por

consequente, se pensar. O mesmo ocorre na enunciação pensada em relação à escritura: é a partir do texto e da linguagem ali presente que o escritor pode se dizer e produzir. É, portanto, a partir de sua enunciação que ele vem à tona.

Essa força e energia do sujeito que se apropria da língua e a assume poderiam muito bem ser entendidos como esse rasgo que o sujeito constrói na escritura, se constituindo a si e a seu texto ao mesmo tempo. Como bem escreve Barthes, em “Da ciência à literatura” (*De la science à la littérature*, de 1967):

Resta ao estruturalista transformar-se em ‘escritor’, não para professar ou praticar o ‘belo estilo’ mas para reencontrar os problemas candentes de toda **enunciação**. (...) Essa transformação (...) exige alguns esclarecimentos – ou reconhecimentos. Em primeiríssimo lugar, já não se podem pensar as relações da subjetividade e da objetividade (...). A objetividade e o rigor, atributos do cientista, com que estão ainda a nos azucrinar, são qualidades essencialmente preparatórias, necessárias no momento do trabalho e, em função disso, não há razão alguma para suspeitá-las ou abandoná-las; mas essas qualidades não podem ser transferidas para o discurso, senão por uma espécie de passe de mágica, um procedimento puramente metonímico, que confunde a *precaução* e o seu efeito discursivo. Toda enunciação supõe o seu próprio sujeito, quer esse sujeito se exprima de maneira direta, dizendo *eu*, quer indireta, designando-se como ele, quer nula, recorrendo a formulações impessoais; trata-se de engodos puramente gramaticais, variando o modo apenas como o sujeito se constitui no discurso, ou seja, dá-se, teatral ou fantasmaticamente, aos outros; todas designam formas do imaginário. (BARTHES, 2004, p. 9) (Grifo nosso)³

Os “problemas candentes de toda enunciação” a que Barthes se refere, pensado em relação à escritura, devidamente reconhecem um sujeito que se constitui no discurso. Esse reconhecimento da presença de um sujeito da enunciação não faz senão confirmar a sua força e a sua energia, as infinitas nuances de uma voz, a implicação de um corpo no texto, o sentir de uma experiência, a possibilidade de reformulação, do deslocamento, da subversão e inclusive da trapaça da língua. Nesse sentido, tal reconhecimento amplia a dimensão do rasgo que o sujeito imprime na escritura.

Além dessa inflexão que a voz de Benveniste parece ter aberto à escuta barthesiana, pode-se pensar que outras considerações de Barthes emergem a partir do viver junto com essa linguagem de Benveniste, a exemplo da constituição da noção de Texto. No seminário de Sarrasine (1967-1968), Barthes diz que “o discurso não é uma linha, mas um espaço, um tecido (um texto)”⁴ (BARTHES, 2011, p. 58). Pode-se perceber aqui, além da perspectiva saussureana nomeada pelo próprio Barthes, o eco do agenciamento entre semiótico e semântico proposto por Benveniste. Ora, a dimensão da frase é de certa forma expandida e pensada em relação a um maior entrelaçamento das partes do discurso, dessa trama. O sentido é construído pela infinidade de relações que se estabelecem por esse agenciamento. Mesmo a ideia de fragmento encontra aqui uma de suas raízes que encantam Barthes, a

³ “Il reste donc au structuraliste à se transformer en ‘écrivain’, non point pour professer ou pratiquer le ‘beau style’, mais pour retrouver les problèmes brûlants de toute énonciation.(...) Cette transformation – encore passablement théorique, il faut le reconnaître – exige un certain nombre de éclaircissements – ou de reconnaissances. Tout d’abord, les rapports de la subjectivité et de l’objectivité – ou, si l’on préfère, la place du sujet dans son travail (...). L’objectivité et la rigueur, attributs du savant, dont on nous fasse encore un casse-tête, sont des qualités essentiellement préparatoires, nécessaires au moment du travail et, à ce titre, il n’y a aucune raison de les suspecter ou de les abandonner ; mais ces qualités ne peuvent être transférés au discours, sinon par une sorte de tour de passe-passe, un procédé purement métonymique, qui confond la précaution et son effet discursif. Toute énonciation suppose son propre sujet, que ce sujet s’exprime d’une façon apparemment directe, en disant *je*, ou indirecte, en se désignant comme *il*, ou nulle, en ayant recours à des tours impersonnels ; il s’agit là de leurre purement grammaticaux, variant simplement la façon dont le sujet se constitue dans le discours, c’est-à-dire, se donne, théâtralement ou fantasmaticquement, aux autres ; ils désignent donc tous des formes de l’imaginaire.” (BARTHES, 2002, p. 1267)

⁴ “Le discours n’est pas une ligne, mais un espace, un tissu (un texte).” (BARTHES, 2011, p. 58) (Tradução minha)

saber, o fragmento é uma unidade linguística de tamanho variável determinada não só por sua existência individual, mas pela relação que pode estabelecer com um espaço “mais longe” (“*déterminé par sa relation avec un plus loin*”), diz Barthes. O sentido se dissemina: ocorre a articulação entre o semiótico e o semântico infinitamente, o texto está aí: ele se descentraliza. Como efeito de leitura, o texto se refaz infinitamente, pois nasce das infinitas relações que suas tramas constroem. Como espaço (p. 83), o texto é estelar, ganha as páginas podendo se estender ao infinito como o *Coup de dés* de Mallarmé (BARTHES, 2011, p. 83).

Pensando cada vez mais intensamente na “constituição de um espaço-volume do texto” (“*constitution d'un espace-volume du texte*” p. 83) que acompanha a destruição da linearidade que a modernidade empreendeu em vários campos (crítica, cinema), e que se funda nesse constante resvalar entre semiótico e semântico, Barthes retorna à pintura, ponto de onde partimos. Ela operou, segundo ele, uma das mais importantes empreitadas porque “instaurou o espaço da perspectiva ou a destruição da tela plana com o cubismo” (“*a instauré l'espace de la perspective où la destruction de la toile plate avec le cubisme*” p.83). Ora, a pintura operou a disseminação da perspectiva, incorporou a si o volume e instaurou um espaço. É esse espaço que onde inicialmente se entrevia os contornos da língua e do estilo pincelados, que uma forma-objeto, a escritura do grau zero se suspendia ao olhar, gradativamente foi se disseminando em redes, hifas, teias, espaço a ser rasgado, entrecortado, perpassado por halos, implicações, redentes.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita seguido de novos ensaios críticos*. Tradução Mário Laranjeira, 2ª.ed., São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.
- _____. *O rumor da língua*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- _____. *Oeuvres complètes, Tome III*. Nouvelle édition revue, corrigée et présentée par Éric Marty. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- _____. *Sarrasine de Balzac: Séminaire à l'Ecole pratique des hautes études 1967-1968, 1968-1969*. Paris: Seuil, 2011.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5ª.Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução Eduardo Guimarães. 2ª. Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.